

TERESOPOLITANAS

Vinicius Barros



Unidade vai atender demandas dos produtores rurais

Posto de Defesa Agropecuária vai atender produtores

A Prefeitura de Teresópolis vai oferecer suporte e atender às demandas do produtor rural através do Posto Municipal de Defesa Agropecuária, que são oferecidos serviços como: emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), cadastro de produtor e propriedade e atualização de cadastro e rebanho. O

atendimento acontece de segunda a sexta, das 8h às 13h, no Parque Municipal de exposições, em Albuquerque. A iniciativa é uma parceria da prefeitura, por meio da Secretaria M. de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Unidade

A Defesa Agropecuária é responsável por fiscalizar propriedades, produtos, estabelecimentos, culturas, rebanhos e o trânsito. Também realiza a inspeção de animais, vegetais e seus produtos.

Transparência

O candidato a prefeito de Teresópolis, Alex Castellar do PL, ressaltou que possui uma ficha limpa e uma trajetória marcada pela transparência. Com isso, enfatiza que sua gestão vai priorizar a população.

Acessibilidade

O candidato a prefeito de Teresópolis, Júlio Rocha do Agir, expressou que uma de suas propostas é trabalhar para que todas as calçadas tenham acessibilidade garantida e evitando acidentes.

Mobilidade

O candidato à Prefeitura de Teresópolis, Tricano do Progressistas, intensificou suas propostas na reta final da corrida eleitoral. Segundo Tricano, uma das prioridades da gestão é a questão da mobilidade urbana.

CORREIO SERRANO

Câmara de São José

PISO SALARIAL

Em São José do Vale do Rio Preto o Poder Executivo ficou autorizado a abrir, através de decreto, crédito adicional suplementando R\$ 77.426,60 para o orçamento do



Contas estão regularizadas

'Fundo Municipal de Saúde', destinado ao pagamento do 'Piso SALARIAL de Enfermagem' recebidos por esses profissionais referente ao mês de agosto. Os recursos já estejam disponíveis e foram destinados a categoria.

Contas do Legislativo regularizadas

Foi publicado nesta segunda-feira (30), no Diário Oficial nº 3.230 do Legislativo, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) da Câmara de Vereadores referente ao segundo quadrimestre do ano de 2024, com o demonstra-

tivo da despesa com pessoal neste período. O limite do RGF do segundo quadrimestre do legislativo está na ordem de 2,53%, o que demonstra que o total da despesa líquida com pessoal está abaixo do limite legal.

Passeata

No sábado (5), às 9h, o candidato a prefeito de Três Rios, Vinicius Farah do União Brasil, vai realizar uma passeata. Vinicius informou que a concentração será na Praça Arsonval Macedo, na Vila Isabel. O evento vai contar com ação de apoiadores.

Investimento

O Candidato a prefeito de Nova Friburgo, Zé Alexandre do PT, ressaltou que uma de suas propostas de governo é buscar parcerias com a instituição 'Correios' para impulsionar o desenvolvimento econômico do município.

Projeto I

Tramita na Câmara de Nova Friburgo o Projeto de Lei que institui o Plano Municipal de Cultura de Nova Friburgo. A proposta, de autoria do Poder Executivo, é um instrumento de planejamento estratégico, capaz de orientar a gestão cultural.

Projeto II

Cabe ao Conselho Municipal de Política Cultural coordenar o processo de avaliação do Plano Municipal de Cultura, de forma permanente. A lei vai possibilitar, de forma transparente, o acompanhamento de sua implementação pela sociedade.

PL prevê pena para quem causa desastre ambiental

Projeto altera Lei de Crimes Ambientais fixando pena em até 12 anos

Reprodução/Ig @Lialcaldas

Está sendo analisado no Senado um projeto de lei que prevê pena mais rigorosa para os responsáveis por crimes que resultem na destruição ou alteração significativa de ecossistemas. O projeto do senador Cleitinho (Republicanos -MG) altera a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), tipifica mais claramente os delitos ambientais cometidos com o uso de fogo. O texto está na Comissão de Meio Ambiente (CMA) e depois seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para decisão terminativa.

De acordo com o projeto, o artigo 54 da lei vigente, que trata dos crimes de poluição, passaria a incluir penas de reclusão de 4 a 12 anos para crimes que causem "desastre ecológico", resultando na descaracterização de ecossistemas naturais ou na dificuldade de sua recuperação, inclusive quando praticados com o uso de fogo. O projeto também sugere que as penas para crimes de poluição sejam aumentadas em até metade do tempo se o crime for cometido por motivos políticos, mediante pagamento ou recompensa, ou por outras razões torpes, como vingança ou interesse financeiro.

Cleitinho destaca que a legislação atual não trata de forma suficiente os crimes de poluição, especialmente em casos que envolvem a destruição de ecossistemas ou o uso de fogo. "O projeto de lei que apresentamos também comina penas mais duras para aqueles que cometem tais crimes,



Parque Estadual Três Picos foi gravemente afetado pelos incêndios florestais

a fim de aumentar a reprovabilidade das condutas e se fazer melhor justiça. Não é razoável que quem cause, dolosamente, um desastre ambiental, poluindo solo, águas e o ar, tenha uma pena comparável com a do crime de furto", afirma o senador.

Devastação na Região Serrana

No Rio, a forte estiagem associada, em maioria, à ação humana, resultou na devastação de áreas de conservação em todo o RJ. Na Região Serrana, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos sofreu um grave incêndio florestal, na área do parque em Petrópolis. Em Teresópolis, foi o Parque Municipal Montanhas de

Teresópolis que precisou fechar o acesso para o combate ao incêndio. E outro também grave, no Parque Estadual Três Picos, em Nova Friburgo, deixou o acesso ao parque fechado por dias.

Dada a gravidade dos incêndios, a Polícia Civil fez operações nos municípios para tentar identificar os autores dos crimes ambientais. Em Petrópolis, um adolescente foi identificado. Ele se apresentou na delegacia da cidade, na companhia do pai, confessando ser o autor de um incêndio na região da Posse. Além da dificuldade em identificar os responsáveis, a pena pelo crime de iniciar um incêndio em vegetação é convertida em serviços comunitários, o que pode mudar, caso a

nova proposta seja aprovada.

Cleitinho defende que a tipificação mais rígida desses crimes é necessária para preservar o meio ambiente e as riquezas naturais do país, ao mesmo tempo em que reforça a responsabilização de indivíduos ou grupos que cometem tais crimes com motivação política ou econômica.

"Sabemos que muitos desses malfeitos são cometidos por criminosos profissionais que agem a mando de outrem a fim de lucrar com o crime ou encobrir o verdadeiro mandante. Por isso, é razoável que a lei apene de forma mais severa quando for este o caso", conclui.

*Com informações da Agência Senado

Friburgo terá que ampliar atendimento em casa de acolhimento

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Nova Friburgo, obteve decisão na Justiça condenando o município de Nova Friburgo a suprir as carências de auxiliares de cuidadores na Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso.

Na decisão, o Juízo da Comarca de Nova Friburgo determina que a unidade deve ter três destes profissionais por turno diário, quantidade que

deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica, na proporção de um cuidador para cada oito usuários, quando houver um com necessidades especiais. Além disso, que haja um auxiliar de cuidador para cada seis usuários, quando houver dois ou mais crianças/adolescentes com demandas específicas. O prazo para a adequação é de trinta dias, sob pena de multa diária de R\$ 500, com limite de R\$ 50 mil.

A ação civil pública ajuizada pela Promotoria de Justiça da



Foto: Isabela Rodrigues

Decisão atende a um pedido do Ministério Público

Infância e da Juventude de Nova Friburgo foi proposta a partir de fiscalizações ocorridas na Casa de Acolhimento Vila Sorriso, que demonstravam a precariedade do imóvel em que era prestado o serviço, a carência de profissionais ali lotados e a ausência de projeto político pedagógico e encaminhamento dos acolhi-

dos aos serviços socioassistenciais disponíveis. Em novembro de 2020, o Município de Nova Friburgo promoveu a mudança das instalações da unidade para o endereço atual, no bairro de Vargem Grande.

O Correio Serrano questionou a Prefeitura, e aguarda um posicionamento.

Sesc RJ oferece exames gratuitos

Nove unidades do Sesc RJ estão oferecendo gratuitamente, neste mês de outubro, exames de mamografia, ultrassonografia de mamas e Papanicolau, que permitem detectar os cânceres de mama e de colo de útero. A iniciativa faz parte do movimento Outubro Rosa, campanha internacional de conscientização a respeito da prevenção e diagnóstico dessas neoplasias.

Os exames poderão ser feitos nas clínicas Sesc+ Saúde das unidades de Madureira, Ramos e Tijuca, na capital, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti, na Baixada Fluminense, além de Barra Mansa, Campos dos Goytacazes e Três Rios, no interior do estado. Es-

ses espaços já oferecem o serviço regularmente mediante preço acessível (entre R\$ 10 e R\$ 50), e neste mês não será cobrado.

O serviço é aberto para mulheres nas faixas etárias entre 25 e 64 anos (Papanicolau) e 50 e 69 anos (mamografia), conforme recomendação do Ministério da Saúde. Pacientes fora dessas faixas etárias também poderão ser atendidas, desde que tenham requisição médica. Já a ultrassonografia é dirigida apenas a mulheres com pedido médico ou após a avaliação de enfermagem realizada no local apontar a necessidade do exame. O agendamento pode ser feito presencialmente ou por telefone (veja abaixo os detalhes).

Programa de incentivo ao setor varejista

O Estado do Rio poderá ganhar o Programa "De grão em grão", com o objetivo de implementar políticas de incentivo ao comércio varejista do Estado do Rio, de forma a assegurar a sua livre iniciativa e o fortalecimento deste setor econômico. É o que prevê o Projeto de Lei 117/23, de autoria do deputado Márcio Canella (União), que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou nesta quarta-feira (02), em primeira discussão. A medida ainda precisa passar por uma segunda votação pela Casa.

De acordo com o texto, o programa deverá alcançar to-

das as formas legais de comércio varejista, desenvolvido de forma presencial ou de forma virtual, por telefone ou outro meio, incluindo os ambulantes e os que não utilizarem um imóvel comercial como ponto fixo de sua atividade, bem como os trabalhadores autônomos e os microempreendedores individuais devidamente cadastrados e autorizados pelo Poder Público a exercerem a atividade varejista.

O Poder Executivo poderá firmar convênios com instituições públicas e privadas, associações sem fins lucrativos e outros órgãos ou entes públicos para a implementação das medidas da norma.